

DIREITOS HUMANOS, SAÚDE E EDUCAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DO IFBAIANO *CAMPUS* SANTA INÊS

Nívia Barreto dos Anjos ¹

RESUMO

Este artigo discorre na introdução sobre as leis que vinculam a educação a um espaço de promoção em saúde e correlaciona o direito à vida como essência dos Determinantes Sociais da Saúde. No desenvolvimento, retrata sobre o conceito de direitos humanos e sobre o Relatório Final da Comissão Nacional sobre DSS, relacionando estes conceitos com o Programa Pró-saúde, desenvolvido pelo IFBaiano *Campus* Santa Inês, especificando que a Escola é um espaço privilegiado para promoção de saúde. Na conclusão, afirma que o IFBaiano tem contribuído positivamente para inibir riscos de saúde dos seus estudantes, mas em contrapartida tem sofrido ameaças de desmonte por parte do governo federal.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Determinantes Sociais da Saúde. Escola como espaço privilegiado para promoção à saúde.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo retrata a experiência do IFBaiano *Campus* Santa Inês, uma escola de educação profissional e tecnológica localizada no Vale do Jiquiriçá que procura exercer seu lugar na prevenção e promoção da saúde do seu corpo discente, tendo como tripé três conceitos básicos: Direitos Humanos, Saúde e Educação.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e manifestações culturais. §2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social (BRASIL, 1996, p.1)

Baseando-se nessa perspectiva de vinculação da educação à prática social, a escola torna-se um espaço de promoção em educação em saúde e cidadania.

A Lei Orgânica da Saúde afirma que

O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso

¹ Estudante do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da UCSAL. Especialista em PROEJA e Gestão Escolar. Assistente Social do IFBaiano *Campus* Santa Inês. E-mail: nivia.barreto@ifbaiano.edu.br

universal e igualitário às ações e aos serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 1990, p. 1)

Para ratificar e executar as ações previstas nestas leis, o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde, em maio de 2004 fomentaram em parceria o *projeto* “Saúde e Prevenção nas Escolas”, visando incluir na educação de adolescentes e jovens das escolas públicas o tema sexualidade e abordando a educação sexual e reprodutiva, os direitos humanos, a qualidade de vida, a prevenção às doenças sexualmente transmissíveis (DST), a AIDS, a gravidez na adolescência e o uso de drogas.

O referido documento afirma que

O movimento de renovação pedagógica no Brasil aponta para a construção da escola como espaço de formação da cidadania e que percebe a necessidade de atuar para o pleno desenvolvimento do educando em atenção às suas múltiplas dimensões, entre elas a social, a biológica, a cognitiva e a afetiva. (BRASIL, 2004, p. 6)

Este Relatório ainda registra que

Educação comprometida com a realidade social, econômica, política, histórica e cultural que compreende tanto o indivíduo como sujeito de direitos e de seu próprio processo de desenvolvimento, quanto à escola como um espaço privilegiado de construção de cidadãos solidários, responsáveis participativos e dispostos ao diálogo” (BRASIL, 2004, p. 6)

Verifica-se que a preocupação dos Ministérios da Educação e da Saúde de fomentar na escola a ampliação do direito à saúde integral do estudante é algo muito positivo. E, dentro desta perspectiva de fortalecimento do direito a saúde, em 2006, foi criada no Brasil a Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde.

O compromisso maior da Comissão – e que dá sentido à sua existência - é o combate às iniquidades em saúde por meio da atuação sobre os determinantes sociais que as geraram, os quais, sendo produto da ação humana, podem e devem ser modificados pela ação humana. (BRASIL, 2008, p. 12)

Diante do exposto, fica explícito que o direito à vida é a essência dos Determinantes Sociais da Saúde, por isso não se pode falar em saúde sem se reportar a direitos humanos. E, a escola continua sendo um espaço privilegiado para o desenvolvimento de programas de educação em saúde e cidadania, lembrando que “é na perspectiva dos direitos humanos que se entende que o conceito de saúde [...] é reconhecido pelas exigências integrais da população e suas necessidades coletivas.” (OLIVEIRA et al, 2017, p. 273) e que “a atuação sobre os diversos níveis de DSS extrapola as competências e atribuições das instituições de saúde, obrigando a ação coordenada dos diversos setores e instâncias governamentais”. (BRASIL, 2008, p. 142)

2 DESENVOLVIMENTO

Para se compreender a importância de articular o tripé Direitos Humanos, Saúde e Educação, é fundamental trabalhar na perspectiva dos três compromissos que apoiam filosoficamente os Determinantes Sociais da Saúde: 1. Equidade: Porque existem iniquidades em saúde que são fruto de desigualdades sociais e econômicas e por isso requerem a conhecida “discriminação positiva”; 2. Evidência: Porque é fundamental trabalhar com saúde sob a perspectiva da evidência científica que possibilita efetividade e eficiência; 3. Ação: Porque para se combater as iniquidades em saúde é necessário atuar sobre os determinantes sociais que as geraram.

E é exatamente com esta visão de saúde integral que o Programa Pró-Saúde no IFBaiano *Campus* Santa Inês procura desenvolver seus projetos, contribuindo com a Educação em Saúde e Cidadania dos seus educandos na perspectiva dos Direitos Humanos.

Manuela Picq no Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão Social (2013) afirma que os direitos humanos foram institucionalizados a partir da Declaração Universal de Direitos Humanos das Nações Unidas, em 1948. Esta Declaração para a autora representa a culminação de ideias de três movimentos históricos: 1. Declaração da Independência dos Estados Unidos (1776); 2. Revolução Francesa (1789); 3. Revolução do Haiti (1791-1804), todavia ela é também uma resposta política ao pós Segunda Guerra Mundial.

Para a autora a definição dos direitos humanos encontra-se em permanente crescimento, visto que direitos fundamentais como direito à vida, são agora acompanhados de novos direitos, como direito a água e ao saneamento.

De acordo com Picq (2013) os direitos humanos são inalienáveis e universais, inerentes à condição humana. Além disto, eles são inegociáveis e acabam tendo procedência sobre a soberania dos Estados. Eles abarcam direitos individuais e coletivos, específicos, tanto direitos civis e políticos como direitos sociais, econômicos, e culturais. Eles são extensos a todos os seres humanos. A sua garantia visa erradicar violências diversas, desde a tortura até o racismo e a pobreza.

Os direitos humanos apresentam uma dimensão social incontornável porque a pobreza limita sua realização. Normas internacionais declaram a pobreza extrema e a exclusão social como violações à dignidade humana por inibirem o pleno e efetivo exercício dos direitos humanos, e estabelecem também sua interdependência com a democracia e o desenvolvimento... (PICQ, 2013, p. 190).

O Relatório Final da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde (2008) registra que o Brasil está situado em 11º lugar entre os países mais desiguais do mundo em

relação à distribuição de renda, de acordo com o Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento de 2007.

Este Documento também retrata sobre as mudanças que ocorreram nas últimas décadas na área da Educação visto que “em 1940, 56% da população brasileira era analfabeta, percentual que cai para 40% em 1960 e 13,6% no ano 2000”. (BRASIL, 2008, p. 29). É nítido o avanço nesta área, mas não se podem negar suas contradições.

O referido Relatório (idem) registra ainda que a análise da situação de saúde no Brasil compreende em especial 06 (seis) itens: 1. Situações e tendências da evolução demográfica, social e econômica no país; 2. A estratificação socioeconômica e a saúde; 3. Condições de vida, ambiente e trabalho; 4. Redes sociais, comunitárias e saúde; 4. Comportamentos, estilos de vida e saúde; 5. Saúde materno-infantil; e 6. Saúde indígena.

A distribuição de renda no Brasil continua sendo as piores do mundo [...] Na esfera do desenvolvimento social ocorreram grandes mudanças nas últimas décadas, destacando-se entre elas as ocorridas na educação [...] Em 1940, 56% da população brasileira era analfabeta, percentual que cai para 40% em 1960 e 13,6% no ano 2000. (BRASIL, 2008, p. 27 e 29)

Em relação ao acesso equitativo aos serviços de saúde, este Relatório registra a sua grande importância, pois possuem a capacidade de diminuir a exposição aos fatores de risco para a saúde. Todavia, nem sempre este acesso ocorre como desejado.

Exatamente dentro desta perspectiva de facilitar o acesso aos programas de saúde na procura da efetivação dos direitos humanos dos estudantes o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBaiano) desenvolve o Programa Pró-Saúde, como parte da Política de Assistência Estudantil.

O Pró-Saúde tem como objetivos: I - desenvolver ações voltadas à prevenção de doenças e promoção da saúde dos(as) discentes, mediante: a) incorporação e implementação de ações de prevenção de doenças e promoção da saúde; b) prevenção de fatores determinantes e/ou condicionantes de doenças e agravos à saúde; c) realização de orientação aos(as) discentes, visando promover hábitos saudáveis de saúde; d) prestação de atendimento inicial a nível ambulatorial, curativo e encaminhamento, se necessário, à rede de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme a complexidade. II - articular as atividades de saúde do IF Baiano às de entidades civis e/ou governamentais, de forma a ampliar o alcance e o impacto das ações de promoção à saúde relativas aos(as) discentes e suas famílias, otimizando a utilização dos espaços, equipamentos e recursos disponíveis; III - propiciar o estabelecimento de convênios com entidades civis e governamentais, tais como: prefeituras, SUS, promotoria de justiça, polícia, dentre outros, de forma a colaborar no alcance dos objetivos especificados neste artigo. (IFBAIANO, 2006, p. 27 e 28)

Em vários *campi* o Pró-Saúde promove as Feiras de Saúde e Cidadania que são consideradas ações pontuais dentro do programa, mas geralmente impactam bastante quando

realizadas. No *campus* Catu, em 2017 o Assistente Social junto com a comissão realizou visitas institucionais à Secretaria Municipal de Saúde de Catu e reuniões com a coordenadora de Atenção Básica a fim de mapear rede de saúde/ serviços ofertados e firmar parcerias para realizar ações de promoção á saúde e prevenção de doenças junto à comunidade acadêmica. No *campus* Serrinha este mapeamento de Instituições também ocorreu em 2017. No *campus* Valença ocorrem sistematicamente “Diálogos em Saúde” com Rodas de Conversa Temáticas. No *campus* Santa Inês por meio de parceria com a Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda do Estado da Bahia foi ofertado aos estudantes na Feira de Saúde de 2017, documentação: 1ª via de Carteira de Trabalho e Previdência Social e 2ª via Carteira de Identidade gratuita.

O *Campus* Santa Inês tem desenvolvido o Pró-Saúde de forma bem atuante. De acordo com o Relatório de 2017, várias atividades foram executadas em 2017, recebendo destaque para este artigo, as seguintes: 1. **Campanha contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes** (maio), cujo objetivo foi sensibilizar a comunidade acadêmica quanto ao combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, por meio da divulgação dos pressupostos da Campanha. As atividades foram baseadas em: a) sensibilização em sala de aula com a exibição do curta-metragem o Silêncio de Lara ao longo do mês; b) distribuição de folder informativo durante o mês; c) participação na passeata em Santa Inês no dia 18 de maio (culminância); 2. **Criação da Horta de Plantas Mediciniais** (julho), cujo objetivo foi realizar o plantio e cultivo de plantas medicinais, fundamentada nos pressupostos da fitoterapia em consonância com a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares e com o Projeto Farmácia Viva. Foi efetivado por meio de Parceria com o Grupo de Estudos Reflorestar (GER) para a criação da horta de plantas medicinais; 3. **Atividade sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos** (agosto), cujo objetivo foi sensibilizar o público adolescente quanto ao seus direitos sexuais e reprodutivos, bem como compartilhar informações sobre o uso de métodos contraceptivos, por meio de aula dialogada; 4. **Setembro Amarelo: Prevenção do Suicídio e Valorização da Vida** (setembro), cujo objetivo foi discutir sobre o suicídio e suas formas de prevenção. As atividades desenvolvidas: a) aula dialogada com palestrante convidado; b) sensibilização de sala em sala com distribuição de informativos; c) convite para a comunidade participar da aula dialogada; 5. **Feira de Saúde e Cidadania** (outubro), cujo objetivo foi promover, no âmbito do IF Baiano *campus* Santa Inês, ações de educação em saúde e cidadania, sensibilizando todo público-alvo quanto a promoção da saúde, a prevenção de agravos e a formação cidadã. As seguintes ações foram realizadas: a) Atividades culturais; b) Atividades artísticas; c) Oficinas; d) Estandes. 6. **“Vem Verão”** (dezembro) cujo objetivo foi promover a prática de hábitos saudáveis na estação do verão,

ênfatizando a importância da sustentabilidade e gerenciamento consciente de recursos com redução da produção de resíduos sólidos. As seguintes atividades foram desenvolvidas: a) atividade de promoção a hidratação e proteção solar; b) sensibilização em sala de aula quanto ao uso do protetor solar e da hidratação; c) sensibilização quanto a importância do gerenciamento cuidadoso da água, combatendo o desperdício e redução da produção de resíduos sólidos.

Percebe-se que esta metodologia de trabalho é condizente com a “definição de saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não meramente a ausência de doença ou enfermidade, inserida na Constituição da OMS no momento da sua fundação” (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007, p. 80).

Convém registrar que Buss e Pellegrini Junior (2007) afirmam que não são as sociedades mais ricas que possuem os melhores níveis de saúde, porém as que são mais igualitárias e que tem alta coesão social. Neste sentido, eles registram os fatores comportamentais e o estilo de vida que devem estar fortemente influenciados pelos Determinantes Sociais da Saúde, visto que é muito difícil mudar comportamentos de riscos sem mudar as normas culturais que os influenciam, por isso os programas educativos são tão importantes.

Buss (2006) registra que a globalização tem aumentado a pobreza, a exclusão e as iniquidades econômicas e sociais, e isto tem reflexo na saúde dos indivíduos e da população como um todo. “São exatamente os pobres que vivem em piores condições sociais, ambientais e sanitárias, assim como tem maior dificuldade ao acesso aos serviços públicos em geral e de saúde em particular”. (BUSS: 2006, p. 1578).

Consciente de que os estudantes do IFBaiano em sua grande maioria encontram-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que assistência à saúde também faz parte deste processo educativo, a Política de Assistência Estudantil também desenvolve ações para facilitar o acesso dos estudantes aos serviços de saúde.

De acordo com o Edital do Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante 2017 (PAISE), que também faz parte da Política de Assistência Estudantil do IFBaiano e visa contribuir para o bem estar biopsicossocial, permanência e êxito nas atividades acadêmicas de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, são ofertados alguns auxílios, dentre eles o eventual.

1.2.9. Auxílio Eventual: ajuda de custo para atender as necessidades específicas relativas às demandas emergenciais, tais como: a. Exames médicos e odontológicos, que não são realizados nas regiões circunvizinhas ao Campus; b. Acompanhamento psicoterapêutico; c. Compra de

medicamentos prescritos por médico, óculos de grau e tratamento dentário, não cobertos pelo Sistema Único de Saúde; d. Compra de cama e colchão para discentes oriundos de outros municípios para estudantes que não são beneficiados pela residência estudantil; e. Pagamento de taxas para regularização de documentação. (IFBAIANO, 2017, p.2)

Os auxílios eventuais são oferecidos de acordo com a demanda dos estudantes. Em 2017, o *Campus* Santa Inês reservou R\$ 23.500,00 para este auxílio, sendo que uma parte deste recurso foi destinada para compra de cama que contemplou 22 alunos e gastou, em média, R\$ 7.500,00. O restante do dinheiro foi direcionado para a saúde, tendo sido liberado 40 óculos, 05 tratamentos odontológicos especializados (canal e implante), 02 exames diversos e 01 remédios variados. Ao todo, 48 estudantes foram contemplados com o auxílio eventual para saúde, sendo que em 2017, 676 estudantes foram selecionados para o PAISE, o que corresponde a 6,6%.

Convém registrar que muitos alunos deixaram de ser beneficiados com exames especializados como Ressonância Magnética e Tomografia Computadorizada em virtude da dificuldade em conseguir 03 orçamentos em clínicas particulares, visto que esta é a forma legal de encaminhamento do auxílio eventual pela instituição.

Outra questão, é que é reservada anualmente uma média de R\$ 40.000,00 para o Pró-Saúde desenvolver seus projetos e que existe uma dificuldade grande na compra destes materiais via pregão eletrônico, visto que empresas não se interessam em participar da concorrência. Impasses como estes acabam fugindo do controle da comissão, mas é uma realidade no serviço público.

No Relatório Final da 15ª Conferência Nacional de Saúde, no eixo 6 que trata da Informação, Educação e Política de Comunicação do SUS, a seguinte diretriz foi aprovada na Plenária Final: “Fortalecer o SUS como política pública, assegurando a democratização do acesso à informação em saúde [...] promovendo a educação na perspectiva da construção coletiva e dialógica”. (BRASIL, 2015).

Exatamente dentro desta concepção o IFBaiano *Campus* Santa Inês vem tentando desenvolver o Pró-Saúde, lembrando ainda que é necessário desenvolver ações que promovam a discriminação positiva dentro da saúde, até porque em uma instituição de ensino profissional que tem um público jovem toda forma de preconceito deve ser abolida, e o desenvolvimento de ações educativas que promovam a equidade deve ser sempre uma prioridade.

Junto ao cenário da desigualdade social vem à tona a manifestação do preconceito, que implica em inúmeras complicações, não somente ao alvo, mas também ao preconceituoso, opondo-se aos princípios do SUS, que

determina o acesso a saúde como direito a todos, uma vez que impelem os indivíduos que sofrem preconceito a se privarem desse direito pelo próprio medo/receio de serem submetidos a situações que os exponham como inaceitáveis dentro dos moldes da sociedade padronizada como “ideal”. (OLIVEIRA et al, 2012, p. 49)

O acesso a informação é um Determinante Social da Saúde que permite a adoção de comportamentos saudáveis dentro do espaço escolar, por isso as ações desenvolvidas no âmbito do IFBaiano Santa Inês visam sempre preservar os direitos humanos e a saúde integral dos estudantes.

Diante do exposto, percebe-se que sendo a instituição de ensino um espaço privilegiado para se desenvolver ações educativas em saúde e cidadania, o IFBaiano Santa Inês tem procurado contribuir de forma positiva para combater algumas iniquidades em saúde, principalmente atuando na conscientização e mobilização dos estudantes sobre o conceito de saúde que envolve condições sociais e culturais, as quais influenciam a saúde dos estudantes. Como também possibilitando a oferta de auxílios eventuais que levam o estudante em situação de vulnerabilidade social a ter acesso a serviços de saúde, como óculos, medicação, exames e tratamentos odontológicos diversos, como até mesmo implante dentário.

3 CONCLUSÃO

O homem que não luta pelos seus direitos não merece viver.
Rui Barbosa (Clássicos de Rui Barbosa, 2015)

O caminho percorrido por este artigo leva a perceber que o IFBaiano *Campus* Santa Inês tem tido uma preocupação intensa em promover a saúde coletiva de seus estudantes amparando-se na concepção de que o direito à vida é a essência dos determinantes sociais da saúde, por isso não se pode falar em saúde sem se reportar a direitos humanos.

É de conhecimento público de que a Rede Federal de Ensino Profissional oferece a seus estudantes uma educação de qualidade e socialmente referenciada, inclusive ofertando uma Política de Assistência Estudantil que desenvolve vários programas que incluem ações culturais e de saúde preventiva. Todavia, atualmente o governo federal vem procurando desmontar esta rede e conseqüentemente ameaçar o direito à educação profissional.

Não só o direito à educação como também o direito à saúde tem sido alvo de desmonte, sendo os direitos humanos da população brasileira diretamente penalizados por uma política de desmantelamento das políticas sociais que foram garantidas pela Constituição de 1988.

Mas o povo brasileiro precisa se mobilizar para que essas agressões aos direitos humanos não venham prejudicar o direito à vida que se constitui a essência dos Determinantes Sociais da Saúde.

REFERÊNCIAS

ANJOS, N. B. dos. A Dimensão Educativa do Trabalho do Assistente Social no IFBaiano na Operacionalização dos programas da Política de assistência Estudantil. (No Prelo).

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. **15ª Conferência Nacional de Saúde**. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **As Causas Sociais das Iniquidades em Saúde no Brasil**. Relatório Final da Comissão Nacional Sobre Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS). 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Lei Orgânica da Saúde. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, set. 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde e Ministério da Educação. **Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas**. 2004

BUSS, Paulo Marchiori e Pellegrini Filho, Alberto. A Saúde e seus Determinantes Sociais. *PHYSIS: Ver. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007.

BUSS, Paulo Marchiori e Pellegrini Filho, Alberto. **Globalização, Pobreza e Saúde**. Conferência Leavell apresentada ao VIII Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva e XI Congresso Mundial de Saúde e seus Determinantes Sociais. 2006.

Instituto Federal da Bahia (IFBA). **Editais Programa de Assistência e Inclusão Social ao Estudante (PAISE) (21/2017)**. 2017.

Instituto Federal da Bahia (IFBA). **Política de Assistência Estudantil**. 2016. IFBAIANO *CAMPUS SANTA INÊS*. Relatório do Programa Pró-Saúde 2017.

OLIVEIRA, I M. Et al. Racismo, sofrimento e saúde mental. In: OLIVEIRA, Walter Ferreira; PITTA, Ana Maria Fernandes; AMARANTE, Paulo (Orgs.). **Direitos Humanos & Saúde Mental**. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 2017.

OLIVEIRA, R. A. de. Et al. Equidade só no papel? Formas de Preconceito no Sistema Único de Saúde e o princípio de equidade. **Revista Psicologia para a América Latina**, v. 23, 2012. Disponível em: <http://ulapsi.org/portal/wp-content/uploads/2013/01/23-3.-Equidade-so-no-pepel.pdf>.

PICQ, M. L. Direitos Humanos e Questão Social. In: IVO, Anete B.L. (Coord.). **Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão Social**: 81 problemáticas contemporâneas. 1. ed. São Paulo: ANNABLUME, 2013.